

RESENHA DE “PRONOMES PESSOAIS” (1994), DE JOSÉ LEMOS MONTEIRO

Camila Witt Ulrich¹

Mônica Rigo Ayres²

camilawittulrich@gmail.com

monica.ayres@ufrgs.br

INTRODUÇÃO

O livro “Pronomes pessoais”, publicado em 1994, engloba o vasto trabalho elaborado por José Lemos Monteiro durante seu período de doutoramento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A obra é dividida em duas partes: a primeira abrange todos os conceitos e fundamentos relacionados ao uso de pronomes em português, enquanto a segunda apresenta uma descrição abrangente do quadro pronominal do português brasileiro (PB) a partir de 60 inquéritos gravados do *corpus* NURC, sendo 45 diálogos entre informante e documentador (DID) e 15 elocuções formais, contemplando 5 capitais do Brasil, a saber, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Salvador e Recife.

PARTE I - FUNDAMENTOS GERAIS

CAPÍTULO 1 - QUESTÕES CONCEITUAIS

O primeiro capítulo é destinado a questões conceituais. Monteiro inicia o texto falando sobre o problema da classificação dos pronomes, pois desde a cultura greco-romana essa

¹ Doutoranda do programa de pós-graduação em Letras (Fonologia & Morfologia) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

² Doutoranda do programa de pós-graduação em Letras (Gramática & Significação) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

categoria sofre equívocos em sua descrição. Os problemas que o autor menciona são em relação ao conceito de pronomes, já que (i) nem todos os pronomes funcionam como substitutos, (ii) os que funcionam como substitutos nem sempre substituem nomes, e (iii) há outras expressões que funcionam como substitutas e não são pronomes. Ainda assim, o autor conclui que seria inviável, no momento, propor uma descrição mais apropriada, preferindo “aproveitar o que já está feito, chamando atenção para as falhas de interpretação” (p. 32). Contudo, Monteiro diz que é necessária uma reflexão mais aprofundada em relação aos pronomes “sobre o significado e as funções que esse tipo de vocábulo exerce no enunciado” (p. 32).

Outro problema de definição que o autor comenta é sobre a pessoalidade atribuída aos pronomes: Monteiro afirma que os pronomes que carregam pessoalidade seriam aqueles das pessoas do discurso: *eu* e *tu/você*. Ainda que haja mais uma pessoa gramatical (*ele*), há somente duas no ato comunicativo, sendo que a terceira pessoa “possui natureza e funções diferentes e tanto se reporta a seres vivos como a coisas ou abstrações” (p. 33). Além disso, Monteiro também mostra que há distinção a respeito da noção de número, além de pessoalidade, entre as duas pessoas do discurso e a terceira pessoa, já que a ideia de plural que existe entre as formas *ele/eles* não é análoga às formas de plural entre *eu/nós* e *tu/vocês*. De acordo com o autor, “uma forma como *nós* é realmente plural, mas nesse aspecto não se correlaciona com *eu*, nem morfológica nem semanticamente. E com isso, a categoria de plural nos pronomes pessoais é bastante diferente da que existe nos nomes” (p. 38). Porém, atentamos para o fato que o plural de *ele* é bastante semelhante ao de *você* (*ele+s – você+s*), de maneira que, para essas pessoas, parece haver uma correlação mais forte, tanto morfológica quanto semântica.

CAPÍTULO 2 - NATUREZA DOS PRONOMES

No segundo capítulo, sobre a natureza dos pronomes, o autor discorre sobre o significado pronominal, afirmando que não há consenso entre as teorias dos gramáticos: de um lado, estão os que acreditam que o pronome designa as mesmas ideias expressas pelo nome, enquanto, de outro, estão os que postulam que o pronome apenas expressa uma relação pessoal com o ato de fala e somente o nome representa o ser de fato.

Após analisar várias definições para os pronomes, Monteiro comenta que o estudo dos pronomes deve integrar não só o domínio da semântica, mas também o da pragmática. Por esse motivo, afirma que os pronomes de primeira e segunda pessoa têm função discursiva e

(valor dêítico), enquanto os de terceira apresentam mais características de caráter sintático-semântico (relação anafórica).

O valor dêítico – diretamente ligado à pragmática – configura-se como um mecanismo essencial para o funcionamento da língua e pode ser observado por três esferas:

- (i) referência: trata-se da relação de um vocábulo com o que por ele é designado e, por esse motivo, o objeto denotado pelos dêíticos se define como dado;
- (ii) ostensão: trata-se da função indicativa, estabelecendo um paralelo com a linguagem gestual e unindo o linguístico ao extralinguístico;
- (iii) enunciação: trata-se da indicação de subjetividade, já que cada ato de fala é direcionado pela perspectiva do sujeito falante.

Os pronomes de primeira e segunda pessoa são, por excelência, vocábulos dêíticos, ao contrário dos pronomes de terceira pessoa, em que a “dêixis” é apenas textual (processo anafórico) – o que vale para a escrita, tendo em vista que na fala, um pronome de terceira pessoa é tão dêítico quanto um de primeira ou segunda pessoa.

Também nesse capítulo o autor fala sobre as relações anafóricas, inicialmente destacando diferenças entre anáfora e dêixis, ressaltando dois pontos: “a fonte de informação” e “o tipo de relação com o referente”. Monteiro afirma que a anáfora se diferencia da dêixis nesses dois pontos, já que a anáfora remete a um referente fora do contexto linguístico – enquanto a dêixis remete a um referente dentro do contexto linguístico. Além disso, a anáfora é uma substituição, na qual um referente é retomado por um outro sintagma nominal, enquanto na dêixis a relação com o referente é feita sem substituição.

Quanto à interpretação da anáfora como correferência, o autor salienta que a anáfora consiste numa relação entre termos que expressam o mesmo referente, ao passo que a correferência sugere relações dos termos não com entidades do mundo real, mas com entidades projetadas pela mente dos falantes e pode ser pressuposta, asseverativa ou deduzida. Ressaltamos, porém, que nem sempre é fácil decidir quando e de que modo dois termos são correferenciais (ex. muitas vezes *o professor* se dá conta que *ele* só exigia o processo mental de memória do aluno – nessa frase, não é possível ter certeza se o termo *ele* se refere ao professor ou a outro referente).

Monteiro afirma que a pronominalização é o recurso anafórico mais utilizado, já que ele evita redundâncias desnecessárias no discurso – no entanto, advertimos que o recurso

anafórico mais utilizado depende do tipo de manifestação linguística investigado. Em *corpus* escrito, o principal tipo de retomada anafórica costuma ser com sintagma nominal, e em *corpus* de fala, a preferência costuma ser com pronominalização e objeto nulo. Além disso, a função sintática exercida pelo elemento anafórico tem importância: sujeitos tendem a ser retomados com pronomes, enquanto objetos tendem a ser retomados com categorias vazias ou sintagmas nominais.

O autor diz que, apesar de o conceito vir tardiamente na catáfora (elemento que retoma o nome ocorrendo antes do conceito em si), não necessariamente esse conceito estava ausente na mente do falante. Pelo contrário: “ao enunciar primeiro o elemento endoforizado (novo), ele [o falante] já sabe previamente com qual este vai conectar-se” (p. 63).

Sobre anáfora e apagamento, o autor chama atenção para o fato de que nem sempre a anáfora é realizada foneticamente. As construções com categorias vazias são bastante frequentes no português do Brasil, ainda que não sejam permitidas em todas as línguas, e uso de categorias vazias é importante para a descrição linguística. Segundo o autor, foi Chomsky (1981) quem definiu “o princípio das categorias vazias e a inquiriu sobre as condições estruturais por meio das quais é possível deletar vestígios de um termo omissos, o que pode ser então recuperado”, despertando interesse dos linguistas por essas formas não expressas foneticamente. De acordo com Monteiro, “as categorias vazias de natureza anafórica se relacionam com seus antecedentes da mesma maneira que os pronomes foneticamente realizados”, ou seja, se há restrições no uso dos elementos anafóricos foneticamente realizados, essas mesmas restrições valerão para os não foneticamente realizados. Monteiro também mostra que há relação entre línguas com morfologia rica e a característica *pro-drop*, como demonstra Rizzi (1986), “a flexão verbal possui propriedades pronominais”, ou seja, a desinência verbal de uma língua com morfologia rica pode expressar o pronome sujeito, que não precisa, então, ser expresso foneticamente.

Monteiro diz que está gradativamente mais presente na sintaxe uma noção bastante utilizada na área da análise do discurso: a noção de tópico, que estabelece um quadro de referência para o que será dito na sequência. Também de acordo com o autor, há um uso crescente de pronome sujeito depois do tópico e antes do verbo (com função anafórica), denominado pronome-lembrete (por exemplo: [minha amiga]_i, *ela*_i disse que eu preciso ler mais). Segundo Monteiro, esse pronome é usado para “que o ouvinte não perca de vista a referência estabelecida” (p. 73).

O discurso se relaciona com a anáfora, já que a anáfora “depende da existência de variáveis vinculadas à referência aos nomes dos entes que existam numa dada situação

discursiva” (p. 82). Monteiro chega a essa conclusão indagando sobre qual seria o nível mais adequado para estudar o fenômeno da anáfora, e diz que ela seria “um mecanismo eficaz de coerência e coesão do discurso”, e que, por isso, algumas implicações sobre anáfora serão esclarecidas conforme houver avanço nas teorias do texto.

CAPÍTULO 3 - FUNÇÃO DOS PRONOMES PESSOAIS

No que diz respeito à função dos pronomes pessoais, Monteiro diz que “os pronomes pessoais têm uma natureza complexa, perpassando os planos sintático e semântico e atingindo o nível pragmático” (p. 83). Porém, nesse estudo, é dada atenção ao enfoque morfossintático dos pronomes, para analisá-los em suas funções de sujeito, complemento e adjunto. O autor analisa as formas em seus casos reto e oblíquo, e percebe que, no português falado do Brasil, o sistema de casos está num processo de desestruturação, ou seja, um processo de mudança, já que são aceitas formas não esperadas em determinadas construções, como por exemplo o uso de pronome reto como sujeito de oração infinitiva (p. 85).

Monteiro afirma que os trabalhos que abordaram as formas clíticas foram prescritivistas, e que, além disso, não tiveram respaldo na língua oral. Como não há regra categórica sobre o lugar do clítico na frase, há dificuldade na “aplicação de modelos teóricos que buscam formalizar a estruturação sintática” (p. 92). Basicamente, existem duas principais hipóteses sobre a geração dos clíticos: uma postula que “os clíticos são gerados na estrutura de superfície, na posição imediatamente pré-verbal”; e, outra postula que “os pronomes átonos são gerados na posição canônica de objeto direto ou indireto” (p.93).

Ainda sobre clíticos, Monteiro aborda o tema dos clíticos redundantes, cuja natureza não é bem definida. Esse tipo de clíticos aparece junto de verbos, mas sem função de complemento verbal (como por exemplo, eu (*me*) formei na faculdade, ou, é melhor ajoelhar-*(se)* para rezar). Segundo o autor, seria problemático considerá-los pronomes, ainda que as gramáticas denominem como “*essencialmente pronominais* os verbos que os reclamam” (p.93). Monteiro chama atenção para a tendência de apagamento dessa partícula - que seria redundante - embora “não raro encontramos exemplos de redobrimento” desses clíticos (p. 96). Os clíticos redundantes carregam nuance de reflexividade, mas quando há intenção de manifestar intimidade entre falante e ouvinte, podem aparecer clíticos átonos, ou, “dativo ético”, (como por exemplo: “daí ele *me* vem cheio de novidades”), sem valor ou matiz de reflexividade (p. 96).

Em seu estudo, Monteiro afirma que os pronomes reflexivos precisam ser analisados com cautela, pois os estudos sobre eles nem especificaram se a reflexividade deve ser estudada no nível pronominal, verbal ou oracional, e há várias questões passíveis de discussão (cf. Garcia-Miguel, 1985). A forma *se*, por exemplo, que originalmente sempre foi vista como pronominal, aumentou seu escopo de função e significado, sendo também índice de indeterminação do sujeito. Mas não é somente o *se* que marca indeterminação do sujeito, há “outros mecanismos, entre os quais a própria ausência de qualquer forma em relação a um verbo na terceira pessoa do plural ou mesmo do singular” (p. 110).

Monteiro afirma que nomes e pronomes podem estabelecer certa simetria, porém, apenas os pronomes possuem características mórficas que os distinguem nas funções de substantivos e de adjetivos, ou seja, “há os que se classificam como pronomes substantivos (ocupam a posição de sujeito ou de complemento)” (p. 115), como as formas *eu*, *tu*, *me* e *contigo*, por exemplo, e há “os que são exclusivamente adjetivos (exercem a função de adjunto adnominal” (p. 115), como as formas *meu*, *teu* e *nosso*, por exemplo. O autor entende que “os possessivos são as formas adjetivas dos demais pronomes pessoais, estes sempre substantivos” (p. 118).

PARTE II - VARIAÇÃO DOS PRONOMES PESSOAIS

Monteiro passa para a análise de 60 inquéritos, classificados por região (Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Salvador e Recife), sexo (feminino, masculino) e faixa etária (25-35, 36-55, 56-70). Além de analisar separadamente essas variáveis, o autor também dá atenção para a influência do registro (formal ou informal).

CAPÍTULO 1 - PRONOMES SUJEITOS

O autor abre o capítulo com a seguinte pergunta: até que ponto é válido considerar o PB como língua de sujeito nulo (marcada positivamente para o parâmetro *pro-drop*)? Sob um olhar generalizante, o uso dos pronomes pessoais no *corpus* analisado se apresenta de forma diferente das gramáticas em alguns pontos: i) para a 2ª pessoa do singular, a forma generalizada é *você*; ii) o pronome *vós* se encontra absolutamente extinto; iii) a forma *a gente*, além de ter alta frequência, envolve possíveis mudanças no quadro dos pronomes; iv) o pronome *se* (índice de indeterminação) é incluído na análise, juntamente com *você* e *a gente*

dada a possível intercambialidade em alguns contextos; iv) as formas *o senhor* e *a senhora* foram dispensadas por revelarem baixíssima frequência de uso.

Com o objetivo de ter uma visão geral do fenômeno, Monteiro abordou apenas metade dos inquéritos (30 de um total de 60 gravações) e contabilizou, nesses 30 inquéritos, 72.184 palavras empregadas, sendo 3.755 as formas pronominais do caso reto – o que equivale a 5,2% na fala culta. De modo geral, as mulheres (6,8%) utilizam mais pronomes do que homens (4,1%); ainda, estes aparecem mais em diálogos (6,4%) do que em elocuições formais (3,9%). De início, contudo, o autor descreve a situação sem longas explicações.

No total dos inquéritos analisados (60 gravações), Monteiro analisou os condicionamentos estruturais e sociais do uso dos pronomes a partir da perspectiva laboviana, utilizando-se do programa Varbrul, que gera a frequência e o peso relativo (medida probabilística)³ de determinado fator sobre o número total de dados. De forma geral, dentre os pronomes considerados por Monteiro – a saber: *eu*, *ele/ela*, *nós*, *se*, *eles/elas*, *você*, *a gente*, *vocês* –, o pronome *eu* é o mais frequente na posição de sujeito (39%) – em especial com verbos de opinião (ex. *achar*, *pensar*). Cabe destacar, ainda, a diferença encontrada entre as formas *nós* (11%) e *a gente* (7%) e também a baixa ocorrência encontrada no uso de segunda pessoa do singular (*você*, 7%).

Apesar de alguns autores, tais como Nobrega (1931), Said Ali (1969), assumirem que o uso de pronomes do caso reto é quase que desnecessário na posição de sujeito, já que a flexão verbal é, por muitas vezes, suficiente, o que ocorre é um grande emprego dessas formas. Analisando o preenchimento da posição de sujeito, Monteiro afirma que a presença de um sujeito ocorre em 60% dos enunciados e essa preferência varia nas pessoas gramaticais, sendo: i) favorecida em *se*, *você*, *a gente* e *vocês*; ii) neutra em *nós* e *eu*; e iii) desfavorecida em *eles* e *ele*.

Há quem defenda que a presença do pronome se justifique por ênfase, contraste e/ou clareza, porém, estes parecem não ser os únicos motivos. “A riqueza do sistema flexional não é condição necessária ou única para a manutenção da característica pro-drop. [...] A própria modalidade de utilização da língua (escrita ou falada) atua decisivamente como um fator de variação” (p. 139-140). Como exemplo de fator estrutural que estimula a presença do pronome na função de sujeito, o autor cita a ocorrência do pronome indefinido *todos*, que estimula o uso do pronome reto (ex. *todos nós*), bem como a ocorrência de pronome antes de verbos no infinitivo (ex. *É um pouco difícil você separar a realidade*).

³A frequência é dada em porcentagem (ex. 47%) e o peso relativo é apresentado com vírgula (ex. 0,47). Quanto mais próximo de 1 for o peso relativo, maior é a probabilidade de uso.

Pesquisas anteriores à do autor assumiam que apenas aspectos linguísticos eram responsáveis pela variação no uso pronominal na função de sujeito. Porém, com relação aos fatores sociais, Monteiro obteve os seguintes achados descritivos:

i) localidade: Porto Alegre é a capital que menos usa pronomes na posição de sujeito (0,47), mas não há muita diferença entre as localidades, em geral;

ii) sexo: ocorre um maior uso de pronomes sujeitos na fala de mulheres, como já mencionado anteriormente. Além disso, a ocorrência de pronomes plenos é maior (0,56) do que na fala dos homens (0,44). Considerando-se que a mulheres tendem a apresentar um modo de falar mais “correto” ou mais próximo à escrita, segundo o autor, esses resultados são distintos do esperado. O fato de as mulheres estarem utilizando mais pronomes pode ser analisado, segundo Kato (1985), como uma possível tendência de o português estar mudando de língua de sujeito nulo para língua de sujeito obrigatório;

iii) idade: quanto mais novos os sujeitos entrevistados, maior é o número de pronomes na posição de sujeito (64% de 25-35 anos, 59% de 36-55 anos e 56% de 56-70 anos), o que mostra, novamente, uma possível relação com a mudança;

iv) registro: quanto mais formal o discurso, maior é a presença de pronomes (0,58 nas elocuições formais *versus* 0,48 nos diálogos informais). Os resultados são, novamente, diferentes dos esperados pelo autor. Contudo, o autor chama atenção para o fato de que o *corpus* não apresenta a mesma quantidade de diálogos informais – DID (45) e elocuições formais – EF (15) e ainda questiona a informalidade dos diálogos devido à gravação.

Diferentemente de análises anteriores, o autor conclui a seção afirmando que a localidade, o sexo, a faixa etária dos falantes e o tipo de registro em que o enunciado se encontra exercem influência no uso dos pronomes em função de sujeito.

O sistema dos pronomes descrito acima está sofrendo uma reestruturação, possivelmente vinculada à simplificação do paradigma dos verbos. Algumas das formas variantes são brevemente descritas abaixo.

- *Nós* (62%) x *a gente* (38%): a substituição ainda não atingiu na norma culta o mesmo nível de aceitação da fala popular - DID (54% representam o uso de *nós*) *versus* EF (82% representam o uso de *nós*). A forma *a gente* é mais frequente nos estados do sudeste e nordeste, na fala de mulheres, na fala de informantes mais novos e no registro informal.
- Generalização do *você*: por estarem perdendo os vestígios dos casos, os pronomes perdem informações morfossintáticas que os distinguiam dos nomes. Esse pronome

surgiu como substituição da forma *vós*, acabou por se generalizar e ainda ameaça a existência do pronome *tu*.

- A intercambialidade dos pronomes: por causa das mudanças entre *nós/a gente*, *tu/você*, o sistema teve de se reorganizar, quebrando a uniformidade sintática antes existente: (i) emprego de *você* com o oblíquo *te*; (ii) alternância entre *a gente* e *nós* (exposto na conjugação do verbo); (iii) mistura de pronomes com valor indefinido/genérico; (iv) alternância entre *eu* e *a gente*; (v) variação entre *nós* e *vocês* (ex. *nós* vamos ter *Altamira*, que é um nome que *vocês* vão encontrar...).

CAPÍTULO 2 - PRONOMES OBJETOS

O capítulo 2 apresenta discussões similares às aquelas feitas na seção anterior, mas agora relacionadas à função de objeto na sentença.

De 72.184 palavras do *corpus* (30 inquiridos), os pronomes objetos representam 0,6%, o que corresponde a 863 dados. Os números mostram que não existe simetria entre sujeito e complemento, havendo muito mais apagamento de pronomes objetos do que de sujeitos.

As novas formas (*a gente*, *você*...) que vimos como sujeito funcionam igualmente como objetos. Apesar disso, são os clíticos que ainda aparecem mais como complemento verbal na norma culta. O clítico *me* representa 60% do conjunto de oblíquos, seguido de *se*, com 15%, e *nos*, com 10%. O pouco aparecimento da forma clítica de segunda pessoa do singular (apenas 1 dado de *te*) é explicado pelo tipo de inquirido, já que em entrevistas sociolinguísticas, a troca de turno acontece apenas para que novas questões sejam feitas.

A retomada anafórica de objeto direto de 3ª pessoa pode ser feita com os clíticos *o*, *a* e suas formas alomórficas, as formas *ele*, *ela* e o vazio lexical. Monteiro comenta cada uma das opções e inicia a explanação afirmando que o português europeu se utiliza principalmente da primeira opção. A segunda opção, representada pelas formas retas, tem muita resistência na norma culta, segundo hipótese de Monteiro (p. 167). No confronto entre essas duas opções, surge uma terceira solução: o objeto nulo. O objeto nulo é um recurso de economia para formas que podem ser extraídas do contexto ou do discurso. Contudo, nem sempre é fácil distinguir se o verbo está apresentando um objeto nulo ou se está sendo empregado na forma intransitiva, como na frase “há quem *lave* e *passe* bem”.

Estudos anteriores de cunho variacionista (Omena (1978), Pereira (1981), Duarte (1986), entre outros) já haviam encontrado casos de apagamento, os quais foram explicados a partir do traço de [animacidade], postulando que posições vazias são favorecidas por

anteriores com o traço [-animado], e a partir da estrutura silábica, já que formas sem ataque (*onset*) tendem a perder força de forma mais rápida. Outra explicação funcional/social para o alto uso do objeto nulo é dada por Duarte (1984): pode haver uma evitação do que a gramática considera erro (ex. *eu amo ele*) e, ao mesmo tempo, evitação do pedantismo causado pelo uso dos clíticos (ex. *eu o amo*), principalmente no tipo de corpus investigado pelo autor (corpus de fala monitorada).

As variáveis sociais já vinham sendo analisadas anteriormente, mas as pesquisas ainda não chegavam a um papel bem definido. Monteiro chega às seguintes conclusões:

i) registro: o clítico acusativo ocorre mais no registro formal (29%) do que no informal (8%). A forma plena *ele* quase não aparece nos dados (1% formal, 3% informal). O objeto nulo é o recurso mais utilizado, chegando a 70% no registro formal e 89% no registro informal;

ii) local: Recife foi a capital que menos utilizou objeto nulo (apenas 3%) e a que mais teve ocorrências de clíticos (24%). São Paulo está no outro oposto, apresentando mais apagamentos. De forma geral, todas as cidades tiveram mais clíticos do que formas plenas. Uma correlação possível apresentada pelo autor é a de que as cidades que utilizaram mais sujeito pronominal são as que mais apagam o objeto (São Paulo e Salvador);

iii) sexo: homens empregam mais pronomes clíticos do que mulheres, enquanto mulheres utilizam mais objetos nulos do que homens, embora a diferença entre os sexos seja apenas de 2%. Há a mesma correlação com os pronomes na função de sujeito: quem utiliza mais o sujeito exposto apaga mais o conteúdo da posição de objeto;

iv) faixa etária: os índices são todos muito próximos e os clíticos aparecem um pouco mais na fala de idosos.

Sobre estruturas topicalizadas, o autor questiona: a categoria vazia deixada por um objeto topicalizado deve ser contada como apagamento? Para responder a essa questão, Monteiro analisou todas as combinações (com estruturas topicalizadas, sem estruturas topicalizadas) em separado e viu que a categoria vazia é quase categórica quando há tópico (ex. *o Geraldo nós conhecemos em um colégio...*). A influência dos fatores sociais para esses casos parece se dar da mesma forma há descrita anteriormente: registro, localidade e sexo exercem alguma influência sobre o processo, ao passo que não há valores significativos para a variável faixa etária.

Monteiro passa a analisar as regras de colocação pronominal e afirma que estas são diferentes em português europeu e português brasileiro, principalmente por motivos prosódicos e rítmicos. Alguns autores, como Alcides Cunha (1944), lamentam que aqui até as

peessoas cultas falem de forma diferente da de Portugal; outros, como Paulino de Brito (1907) e Brito Mendes (1922) postulam regras para o português de forma geral, adotando a explicação de que algumas palavras atraem outras. Carlos Góis (1951: 95), também mencionado na obra, é quem apresenta uma lista de quinze fatores que promovem ênclise e quinze que promovem próclise. Este autor afirma que a ênclise é a colocação normal em português; a próclise, por ser mais enfática, deve ter o seu emprego moderado. Monteiro julga essa explicação para a distinção próclise/ênclise a partir da atração lexical como um equívoco, negando que algumas palavras (ex. *enquanto, como*) atraiam pronomes; nega também a explicação de atração lexical por algum fator semântico das palavras.

Monteiro apresenta seu posicionamento sobre o assunto dizendo que a realidade linguística do país é outra. Os dados do NURC mostram a tendência para a próclise – o que, nas explicações dadas acima, seria dizer que a maioria das palavras atrai os pronomes átonos. Nossos livros de estudos, assim como o de Madre Olívia (1978), contudo, ainda ensinam a partir da atração lexical.

A posição do pronome, de acordo com Monteiro, acarreta modificação de ordem estilística, diferenciando, inclusive, pedidos de ordens (ex. *me diga x diga-me*). O autor afirma que, em uma interpretação atual à sua época, o que está em jogo é o processo de focalização. O foco, dado à informação nova, recebe entonação e lugar na frase diferentes. Ao ser arrastado para a esquerda, ele arrasta consigo o clítico e o verbo.

Outro fator desbravado pelo autor é o fator rítmico-prosódico. Said Ali (1966) já diz que “em Portugal o clítico é de fato atraído, mas no Brasil, como a acentuação é um pouco mais forte, a regra nem sempre se aplica” (p. 191). Essa explicação é muito dada ainda hoje, já que, de fato, queremos evitar estruturas proparoxítonas (ex. *lembro-me*). Os dados mostram casos de próclise em que o pronome ora atua como sílaba postônica do verbo auxiliar, ora como sílaba pretônica do verbo principal – mais uma prova de que buscamos preferencialmente por um ritmo binário - ex. *ele vem me ver*.

Nos dados do NURC, todos os clíticos são retratados, na forma oblíqua, com próclise (índices de 85 a 100%). O único clítico que favorece a ênclise é o clítico de terceira pessoa do singular, bem como suas variantes (*o (lo), a (la)*), tendo 44 ocorrências, sendo 42 formas no infinitivo. O autor nota que, embora a ênclise ocorra poucas vezes, se ela ocorrer, provavelmente será com os clíticos *lo* e *la* (peso relativo 0,95). Cabe destacar que a forma *se* é a mais frequente de todos os clíticos. Além disso, para explicar os casos de ênclise (13% da amostra), o autor promove duas explicações: i) as construções passivas com *se*; ii) o uso dos alomorfes *lo* e *la* com verbos no infinitivo.

Na análise das variáveis sociais, Monteiro chegou aos seguintes resultados:

i) sexo: homens empregam mais ênclise do que mulheres, o que condiz que a hipótese de que eles respeitam mais as diretrizes da gramática;

ii) local: Porto Alegre é a capital em que a ênclise é mais provável (peso relativo 0,64), possivelmente pelo seu conservadorismo ou, acrescentamos, pela influência de colonização espanhola em regiões próximas;

iii) registro: há mais ocorrências de ênclise nas elocuições formais e a próclise é a colocação mais espontânea no PB;

iv) faixa etária: apesar de outros autores já terem mostrado que há mais formas enclíticas na fala de idosos, os números de Monteiro não parecem ser suficientes para provar essa asserção. Os informantes mais novos e os mais velhos apresentam taxas iguais (0,52): “não há sinais de mudança no tempo aparente” (p. 201); no tempo real, não há como comparar dados falados com dados escritos.

O autor conclui a seção afirmando que a sínclise *talvez* seja um fenômeno de mudança. Todavia, a tendência à próclise já pode ser notada nos dados do *corpus* analisado. “A tendência ao apagamento pode ser explicada em parte como uma tentativa de evitar-se a colocação enclítica, que não se ajusta bem ao padrão rítmico-acental do português do Brasil, conforme já assinalamos” (p. 202). Essa, contudo, ainda é uma hipótese do autor.

CAPÍTULO 3 - PRONOMES ADJUNTOS

O último capítulo da obra trata dos pronomes adjuntos e detalha o uso dos possessivos no PB. Os pronomes possessivos correspondem a 0,9% das palavras pronunciadas nos 30 inquéritos utilizados para levantamento geral. As relações desse tipo de pronome são complexas, já que eles ligam dois referentes: o possuidor e o possuído e, por isso, por muitas vezes, apresentam ambiguidades (ex. *nosso* pode referir-se ao falante e ao ouvinte ou ao falante e outra(s) pessoa(s)). No cômputo geral, assim como para os pronomes sujeito e objeto, a forma de primeira pessoa é a mais frequente (44% da amostra), seguida das formas de 3ª do singular e 1ª do plural.

As possíveis ambiguidades entre pessoas do discurso acarretaram a introdução de expressões genitivas para se alternarem com os pronomes (ex. *dele* x *seu*). A forma *dele* (16%), por exemplo, é tão bem aceita quanto a forma *seu* (22%) para equivaler à terceira pessoa do singular. Por esse motivo, o autor elenca uma série de reestruturações na classe dos possessivos:

- alternância *dele* x *seu*: a forma *dele* passou a ser mais frequente pela ambiguidade entre os usos de 2ª e 3ª pessoa do singular no uso de *seu* – o que já acontece desde o português arcaico. O autor notou que, por muitas vezes, a forma genitiva é utilizada para clareza da informação (ex. *Ela está achando que o filho dela não é bonito*);
- substituição de *vosso* por *de vocês*: a expressão *de vocês* ocupou a lacuna deixada pelo desuso de *vós*, *vos*, *vosso*, *vossa*. O resultado da implantação foi uma assimetria no sistema, já que isso precisou ser feito de forma analítica, com o uso de uma preposição, enquanto as outras pessoas do discurso dificilmente apresentam o uso de formas analíticas para os pronomes adjuntos;
- escolha entre *nosso* e *da gente*: a expressão *da gente* surgiu como um uso possessivo para o pronome *a gente*. Entre as formas concorrentes, restam diferenças estruturais: enquanto *nosso* concorda em gênero e número com o possuído, *da gente* é invariável e a ideia de plural é passada pela ideia de coletividade;
- a instabilidade do sistema: há uma força conservadora e uma inovadora. Contudo, Monteiro menciona que a estratégia de utilizar uma preposição mais um pronome oblíquo já era bastante comum desde a idade média.

Focando no posicionamento dos adjuntos na sentença, Monteiro menciona que a colocação do possessivo acontece antes ou depois do substantivo que ele determina. A posição acarreta uma diferença de valor, que pode ser referencial ou atributivo, hipótese formulada por Borges Neto (1986) (ex. *Espero tua carta* x *Espero carta tua*). Monteiro acrescenta que o possessivo à direita também pode ocorrer por motivos estruturais, como a presença de um artigo/pronome indefinido, ao passo que artigos definidos exigem o possessivo à esquerda (ex. *qualquer atividade nossa* x *o meu dentista*).

Há, ainda, uma diferença entre a presença ou a ausência do artigo antes dos possessivos, o que geralmente implica uma diferenciação semântica. Nos exemplos *aquele livro é meu* x *aquele livro é o meu*, vemos, no primeiro caso, somente a ideia de propriedade; no segundo caso, por outro lado, a atenção está no objeto possuído, que, segundo o autor, “se caracteriza por ser distinto dos demais de igual espécie” (p. 215).

CONCLUSÃO

A análise dos pronomes pessoais do PB revelou muitos fatores correlacionados, havendo, por exemplo, mudanças no quadro pronominal devido a alterações nas formas flexionadas de verbos. De acordo com Monteiro, modificações nos pronomes sujeito acarretam ajustes nas demais funções. Segundo sua investigação, o sujeito opcional não é característica do PB falado do Brasil, já que há preferência pelo uso dos pronomes. Em contrapartida, o PB falado do Brasil parece ser uma língua de objeto nulo, já que o apagamento do objeto é a forma mais utilizada pelos falantes. Em suma, o autor confirmou duas hipóteses: “para a função de sujeito, a presença do pronome é maior do que a ausência e depende de determinados fatores de natureza social; para a função de objeto, inversamente, é o apagamento que constitui a tendência dominante” (p. 220). Além disso, a breve análise estatística de seus resultados indica a existência de correlação entre essas duas tendências (sujeito presente e objeto ausente), ainda que inexista “simetria perfeita entre sujeito e objeto” (p. 220).

De acordo com Monteiro, suas conclusões não são definitivas, mas provisórias, já que o sistema dos pronomes é instável. Sendo assim, seus resultados explicitam a percepção da realidade do PB falado daquele momento.

REFERÊNCIAS

- ALI, M. S. O pronome se. In: ALI, M. S. *Dificuldades da língua portuguesa*. Rio de Janeiro. Acadêmica, 1966.
- ALI, M. S. *Gramática secundária da língua portuguesa*. 8ª Ed. São Paulo, Melhoramentos. 249 p. 1969.
- BORGES NETO, J. Os possessivos como indicadores de referência e atribuição. *Revista Delta*. São Paulo, 2(1): 145-9. 1985.
- BRITO, P. de. *Colocação dos pronomes*. Paris, Aillaud. 72 p. 1907.
- CHOMSKY, N. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht, Foris. 1981.
- CUNHA, J. A. *Colocação do pronome pessoal complemento - emprego do infinitivo*. Porto Alegre, Globo. 83 p. 1944.
- DUARTE, M. E. L. O clítico de terceira pessoa: uma forma em extinção? *IX Anais de Seminários do GEL* (Grupo de Estudos Linguísticos de São Paulo), PP. 165-70. 1984.
- DUARTE, M. E. L. *Varição e sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil*. São Paulo, PUC. 73 fl. 1986.
- GARCIA-MIGUEL, J. M. La voz media em español: lãs construcciones pronominales com verbos transitivos. *Verba (Anuario Galego de Filoloxía)*. Santiago de Compostela. 1985.

GOIS, C. Colocação dos pronomes pessoais oblíquos átonos (sínclise). In: GOIS, C. *Sintaxe de construção*. 5ª ed. Rio de Janeiro, Edição e Propriedade do Autor, pp. 89-172. 1951.

MADRE OLÍVIA. *Colocação de pronomes*. 3ª Ed. Petrópolis, Vozes. 125 p. 1978.

MENDES, B. Prática da colocação de pronomes. *Revista de língua portuguesa*. Rio de Janeiro, 3(15), 3(16), 3(17), 3(18). 1922.

MONTEIRO, J. L. *Pronomes pessoais: subsídios para uma gramática do português do Brasil*. Fortaleza: Edições UFC, 1994.

NOBREGA, A. R. Syntaxe dos pronomes pessoais. In: NOBREGA, A. R. *Estudos de português*. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Dorvelino Guatemosim, pp. 69-363. 1931.

OMENA, N. P. de. *Pronome pessoal de terceira pessoa: suas formas variantes em função acusativa*. Rio de Janeiro, PUC. Dissertação de mestrado. 138 fl. 1978.

PEREIRA, M. das G. *A variação na colocação dos pronomes átonos no português do Brasil*. Rio de Janeiro, PUC. Dissertação de Mestrado. 278 fl. 1978.

RIZZI, L. Null Object in Italian and the Theory of PRO. *Linguistic Inquiry*. 1986.

MONTEIRO, J. L. *Pronomes pessoais: subsídios para uma gramática do português do Brasil*. Fortaleza: Edições UFC, 1994.